A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazónia

Renata Araújo

Desde a Grécia, pelo menos, que a ideia física da cidade comporta dois aspectos de que até hoje somos herdeiros. Por um lado, a cidade é o lugar da ordem social e política, é o espaço da convivência social por excelência e é o lugar da representação e do exercício do poder. Por outro lado, a cidade é também o pólo hierárquico de organização do território, é o centro a partir de onde se estabelece o controlo das áreas circundantes. Mais que isso, é o centro a partir de onde se identificam as relações com estas mesmas áreas.

A cidade, demarcada, ou não, pelas suas muralhas, é, desde os seus primórdios, o espaço que se distingue do outro espaço, não urbanizado, da natureza. Esta, por sua vez, define-se pela sua relação com a cidade. Contígua ao núcleo, ou em relação directa com este, está o campo, a natureza domesticada, tratada, a natureza cultivada, no duplo sentido da palavra. O campo partilha com a cidade a condição de espaço de cultura. O campo é, neste sentido, parte da cidade, a parte que a alimenta e a sustenta, mas também a parte que está submetida ao seu poder. Fora deste binómio fica a natureza literalmente «inculta» da selva.

Nos dois extremos opostos, a cidade e a selva representam a antítese radical uma da outra. Filha dos homens e da sociedade, a cidade é o lugar da racionalidade e da ordem, enquanto a selva, espaço das feras, é o lugar da animalidade e da desordem dos elementos. Essa imagem, que é ao mesmo tempo contraditória e identitária, acompanhou desde sempre a própria ideia da cidade, que em boa parte se definiu a si mesma por esta oposição essencial. A cidade é o símbolo máximo do triunfo do homem sobre a natureza. O espaço urbano e periurbano da cidade e do campo cultivado e habitado representam o domínio do homem. A selva é o domínio da besta. Ao longo da história, um e outro mundos se interpenetraram e os homens, progressivamente, procuraram domesticar a selva, que permaneceu,

no entanto, no seu imaginário, como o terrífico lugar da negação da razão.

Quando as suas florestas já se tinham convertido em bosques e continuavam assustadoras apenas nos contos que se contavam de pais para filhos, a Europa reencontrou a(s) selva(s) no «Novo Mundo» e, naturalmente, projectou para ali os seus mitos e medos.

Cremos não estar a exagerar ao dizer que no imaginário de praticamente todo o mundo a Amazónia é a selva das selvas, é «a selva» por antonomásia. Se esta imagem perdura ainda hoje, quando podemos cruzar a floresta por avião ou vislumbrá-la a partir de satélites, mal podemos intuir a força que terá tido para os «descobridores» do século XVI, que se deparavam ali com a reencarnação da selva mítica.

Para aquele denso emaranhado de árvores que parecia não ter fim, pois por mais que se adentrasse nele não terminava nunca, os europeus transferiram os mais variados tipos de projecções imaginárias. Umas eram francamente positivas, na medida em que, em parte, viam-no como o lugar das suas realizações mais gloriosas, onde sonhavam encontrar a fama da conquista e a fortuna dos muitos Eldorados que para ali se projectaram.

Mas havia também o outro lado, profundamente negativo e terrífico que a selva representava, com as suas perigosas feras, que eram ainda mais assustadoras porque desconhecidas. Os próprios habitantes, os índios, não se sabia em que categoria os incluir, se entre os homens ou entre as bestas. E é interessante que o nome da Amazónia tenha tido origem na mais dúbia das projecções imaginárias dos descobridores que pensaram ver nos guerreiros índios a reencarnação das míticas mulheres descritas por Homero. O que nos deixa sem saber se para os homens do século XVI isto era um dado de identificação cultural positivo ou, ao contrário, a projecção do pior dos terrores, o de um mundo dominado por mulheres…

Mapa do Rio das Amazonas c. 1758.
Inventário Cartográfico da Casa da Ínsua

Na verdade, e para além dos mitos, a penetração na região Amazónica implicava efectivamente uma série de dificuldades que as características da paisagem e do clima de facto agravavam. No entanto, a par da densa vegetação da floresta, a grande marca da região é o rio. Um rio que se vislumbrou desde sempre como mais do que um rio, não só pela imediata consciência da sua dimensão superlativa, em que se deve juntar à grandeza do próprio rio Amazonas as dos seus afluentes, como porque este(s) rio(s) representava(m) o(s) caminho(s) de entrada na região.

Com efeito, o(s) rio(s) e a selva desdobram-se numa relação de correspondência e contraste no imaginário da Amazónia. Enquanto a selva é, por sua própria natureza, o espaço de sustentação do mistério da região, o rio é, ao mesmo tempo, parte e fronteira deste mistério, é o espelho onde se reflectem os segredos da floresta mas é também a principal via de acesso aos seus tesouros. Especialmente para o mais brilhante deles, o ouro. E aqui cabe notar que a par com o sonho de encontrar a mítica cidade dourada

perdida algures no meio da mata, a conquista do rio Amazonas significava também, e para além disso, a hipótese de um acesso possível ao ouro e a prata bem menos fantasiosos das regiões andinas. A entidade geográfica do rio Amazonas e o peso imediato que este teve na cartografia do século XVI é indissociável desta sua visão como uma espécie de eixo de penetração no interior do continente sul-americano e, consequentemente, como via de ligação possível com o Peru. Neste sentido, o rio é desde logo visto como uma estrada virtual, que daria o domínio da região a quem dele se apossasse. O que não se revelou fácil, pelo menos ao longo do século XVI, quando todas as tentativas de penetração na região, realizadas quer por portugueses quer por espanhóis, redundaram em fracassos, convertendo-se na sua maioria em relatos trágicos que uma vez mais reforçavam a imagem mítica da selva e dos seus perigos.

Belém, base para a expansão colonial no Amazonas

É só com a fundação de Belém, em 1616, que se dá início ao processo efectivo de ocupação colonial da Amazónia. Implantada na foz do grande rio, a vila marcava, literalmente, a base da expansão, que tinha no rio o seu eixo natural. Não é pois, por acaso, que o relato da expedição de fundação da cidade intitulava-se «Relação do que há no grande rio das Amazonas, novamente descoberto», assumindo assim que o controlo da foz visava implicitamente o controlo do rio e da região. Em 1639, um segundo passo significativo é dado com a famosa expedição realizada pelo capitão Pedro Teixeira que, em viagem pelo rio Amazonas, tinha conseguido alcançar Quito. Na volta da expedição o capitão fundou, em nome de Portugal, uma nova vila num dos afluentes mais ocidentais do Amazonas, significativamente identificado por ele como o Rio do Ouro. A vila

Igreja e Praça das Mercês em Belém do Pará, c. 1783, desenho de Joaquim José Codina

Prospeto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará 1784. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

não se iria desenvolver, mas o gesto do explorador deixava estabelecido, no interior profundo da Amazónia, o outro marco que se contrapunha à fundação de Belém, concretizando a ideia do domínio virtual da estrada do rio Amazonas. Domínio este que se impunha, sobretudo, em relação aos espanhóis.

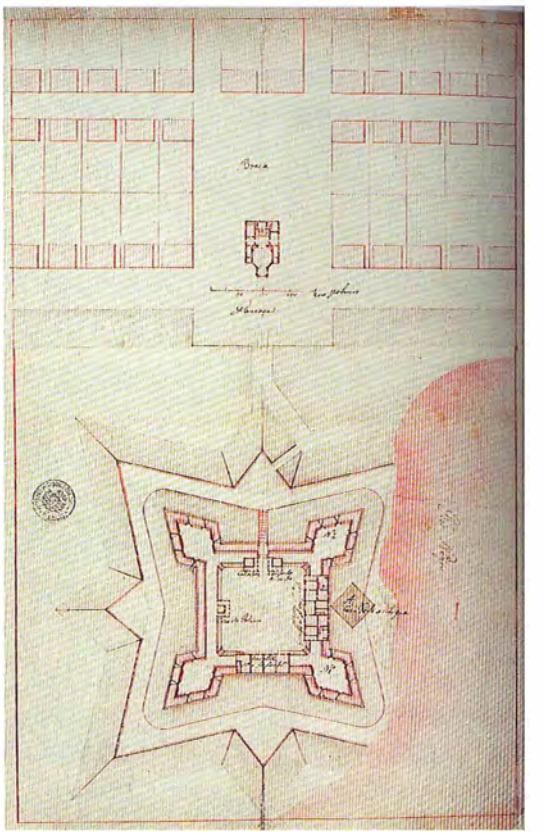
No entanto, este espaço de domínio, prémarcado pelos colonizadores, estava ocupado. E os seus ocupantes e reais possuidores, os índios, resistiram naturalmente aos invasores. Nos conflitos que se seguem entre os nativos e os colonos, o poder especificamente sobre o índio assumiu-se, na mentalidade do colonizador, como a única possibilidade de domínio real sobre o território. Mais do que isto, o índio é convertido no motor da economia regional, que se fundamenta na escravização do gentio. E é no contexto desta disputa de poder, deslocada já do domínio das terras para o domínio das gentes, que se situam as grandes tensões entre os colonos e os missionários, que vão marcar todo o primeiro século da colonização e que são especialmente significativas na definição do quadro regional.

Como se sabe, a continuidade da ocupação do interior da Amazónia foi feita, inicialmente, através da acção dos missionários a quem cabia, em tese, a árdua e nobre tarefa da cristianização dos nativos. Jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários foram distribuídos ao longo do rio e dos seus afluentes, em áreas separadas e predeterminadas de actuação, funcionando como uma espécie de frente avançada da colonização. Mas a par da conversão dos índios à fé cristã, o que se lhes pedia, em última análise, era que domassem os «selvagens» habitantes da terra, que eram ansiosamente esperados pelos colonos para os escravizar.

O papel da missionação

Pode dizer-se que as missões não descuraram de modo algum a tarefa colonizadora que lhes foi imposta. Fundaram vários aldeamentos e realizaram a conversão desejada de boa parte da população nativa. Negavam-se entretanto a cumprir a tarefa de fornecedores de escravos, com o que passaram a ter de suportar as alegações dos colonos que os indigitavam como sonegadores da mão-de-obra por eles esperada, em função de a quererem utilizar apenas em proveito particular das missões.

Este conflito latente entre todos os grupos sociais, colonos, missionários e índios (incluindo entre estes os «mansos» e os «bravos»), perpassa todo o primeiro século da ocupação e define um quadro regional que se mantém profundamente marcado pela insegurança e pela violência. Quadro este que é agravado ainda não só pela fragilidade da economia, que se baseava quase que unicamente na extracção das ditas «drogas do sertão», como também pelas dificuldades em



Filipe Sturm, *Fortaleza de São José das Marabitenas e Povoação.* Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Negro.

lidar com algumas das características regionais, sobretudo os factores de ordem climática e a sua relação com os problemas de saúde. A pobreza era generalizada e as epidemias constantes, dizimando sazonalmente a população. Neste sentido, mantinha-se de certo modo o estigma das dificuldades impostas pela «selva», que permanecia, mesmo no imaginário do colonizador, como uma espécie de fronteira interna à sua própria presença.

Até a primeira metade do século XVIII a ocupação da Amazónia portuguesa sintetizava-se nos seguintes números: uma cidade, Belém (1616); quatro vilas, Vila Souza do Caeté (1634), Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá (1637), Gurupá (1637) e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693); oito fortificações, três em Belém, Forte do Presépio (1616), Fortim de São Pedro Nolasco (1665), Fortaleza da Barra (1685) e cinco fora da cidade, o Forte de Gurupá (1623), o Forte do Desterro (1638), o Forte de Araguari (1660), a Fortaleza de São José do Rio Negro (1669) e o Forte dos Pauxis (1698); mais cerca de setenta estabelecimentos missionários entre aldeamentos de índios convertidos e fazendas das missões. Praticamente todos estes núcleos estabeleceram-se nas margens dos rios, usando-os como meio de comunicação privilegiada. As vilas concentravam-se na região da foz do Amazonas e as fortalezas e aldeamentos missionários marcavam a ocupação do interior.

Este quadro geográfico e estatístico tem para nós um significado especial, na medida em que define um contraste significativo entre as vilas onde viviam os colonos e os aldeamentos fundados pelos missionários no interior. Na base deste contraste estava o estatuto de certo modo dúbio que os aldeamentos missionários tinham, pois a sua identificação não correspondia à mesma imagem para cada um dos grupos envolvidos. Aos olhos dos colonos, as aldeias não passavam de redutos de amansamento dos «selvagens», quando não eram simplesmente vistas como uma espécie de reserva de escravos, enquanto quer para os missionários, quer para os índios, não eram seguramente isto, mas também não eram vilas, uma vez que pretendiam, de facto, ser diferentes delas.

As reformas pombalinas na Amazónia

É sobre este quadro regional, assim genericamente descrito, que vai incidir a acção pombalina na Amazónia. Em Setembro de 1751 chegava a Belém o irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vinha como governador da Capitania do Grão-Pará e como plenipotenciário das Demarcações. Vinha

também imbuído de um projecto «reformador» da região.

Os antecedentes próximos da sua nomeação remetem, naturalmente, para conjuntura dos tratados de limites assinados com a coroa espanhola. Não cabe aqui retomar o contexto específico das negociações do Tratado de Madrid, que foram conduzidas por Alexandre de Gusmão ainda durante o reinado de D. João V, mas cabe referir que, em última instância, foram elas que garantiram a efectiva posse da Amazónia, ultrapassando em muito a linha virtual de Tordesilhas.

Pode dizer-se que a principal lição das disputas territoriais com os espanhóis foi o surgimento de um novo conceito do território. Conceito este em que se confirmava a posse da terra que não mais se baseasse numa suposição de domínio político mas que se concretizasse de facto pelo poder de intervenção. E era evidente que tal poder precisava estar fundamentado em duas vertentes que se mostravam incontornáveis: o conhecimento concreto da região e a aliança com os seus habitantes naturais. Neste sentido, estes deixariam de ser implicitamente considerados como posse do colonizador, para se tornarem objectos

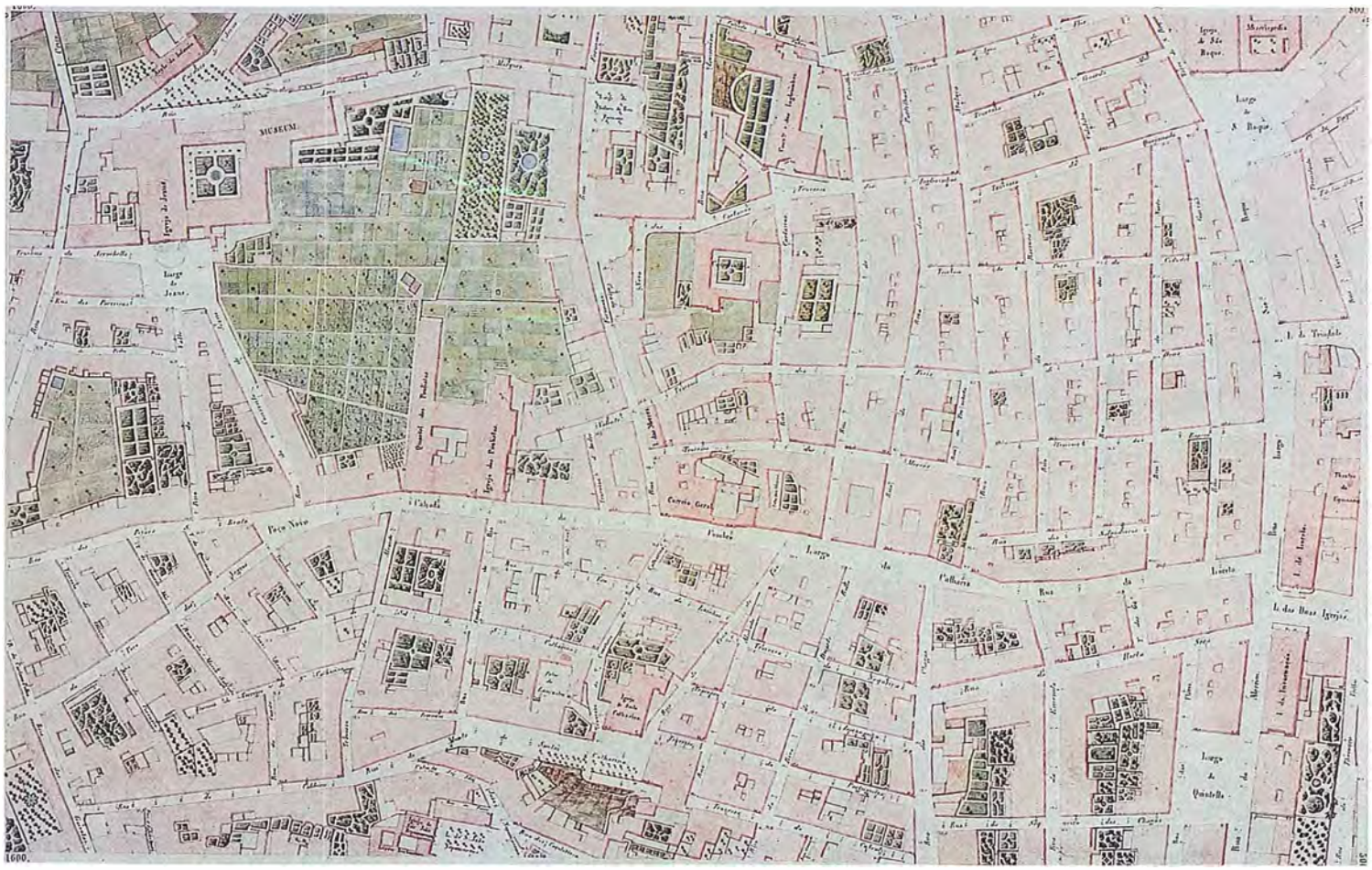


Imagem de Lisboa. Mapa *in Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*

privilegiados de uma renovada noção de conversão, desta vez fundada menos nos critérios religiosos e mais nas virtudes da civilização para a qual se pretendia conquistá-los pela persuasão e aliciamento e não pela força. E é dentro destas duas linhas de acção, conhecimento e persuasão ideológica, que se fundamentou a reforma pombalina da Amazónia, começada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A coerência do projecto iluminista pombalino de «restaurar» a Amazónia sustentava-se na convicção de que a região, portadora de tantos antecedentes míticos, desde o deslumbre quinhentista do ouro ao ideal do paraíso natural, tivesse entrado em decadência física e moral, que era denunciada pela falta evidente de progresso económico e pelo clima latente de conflitos entre os habitantes naturais e os do reino. Dado que a realidade correspondia a este quadro desolador, o projecto assumia a dimensão não de uma impossível utopia, mas de uma atitude quase revolucionária. Mais ainda porque o que se supunha estar em jogo no quadro político da Amazónia não era simplesmente a sua decadência mas o risco da eventual perda de poder na região. Poder este que era supostamente usurpado pelos missionários.

A reforma era pois, assumidamente, uma situação de disputa de poder, o que a define em termos de uma estratégia política precisa. Esta por sua vez insere-se num contexto ideológico maior, da grande «Reforma do Mundo», pregada pelos ideais iluministas, que advogavam o sair da humanidade da fase das trevas e desconhecimento para a luz do saber. E insere-se também na conjuntura específica do iluminismo português, capitaneado por Pombal, que veicula o discurso da dita reforma fazendo uso de uma linguagem que é em parte de cunho bélico-político, pois dá ao termo «restaurar» o sentido de recuperar para a coroa o seu verdadeiro poder entretanto usurpado, mas que incorpora também ao termo uma vertente meio messiânica, aproximando o significado da palavra restaurar ao de «ressuscitar», fazendo assim convergir no papel do reformador, o político, o conquistador e o salvador.

No campo da actuação política a reforma fundamentava-se em duas peças-chaves: A Lei da Liberdade dos Índios e a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A lei que abolia todas as formas de cativeiro dos naturais até então em vigor, foi promulgada em 6 de Junho de 1755, e vinha associada a outro alvará, assinado no dia seguinte, retirando o domínio temporal dos missionários sobre os índios. No mesmo dia 7 de Junho foi também publicado o Alvará régio de confirmação da instituição da Companhia, que tinha sido levado à aprovação no dia anterior. Indissociáveis e definidas num mesmo bloco, estas medidas serão as bases em que se vai sustentar a administração da Amazónia de Pombal.

A liberdade dos índios fazia parte das medidas prioritárias do programa de governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e vinha já determinada nas orientações que trouxera do Reino. Era uma medida realmente importante, tanto no sentido de resolver a disputa de poder com os missionários, como no interesse da preservação das fronteiras definidas nos acordos, que exigiam uma situação pacífica e aliada aos naturais da terra. Embora estivesse determinado a implementar a liberdade, o governador, ciente da grave situação que a medida geraria na colónia, teve de esperar para pô-la em prática. Fê-lo dentro do contexto da criação da Companhia, usando a introdução da escravatura africana como argumento para amainar os ânimos dos colonos.

A Companhia, protegida pelos privilégios do monopólio, obrigar-se-ia ao transporte dos africanos e à sua venda aos lavradores paraenses. A acção concomitante da proibição do cativeiro dos indígenas impunha a interrupção da sua utilização como mão-de-obra. Ao mesmo tempo que

obrigava o investimento nos escravos africanos propostos desferia um rude golpe no poder detido pelos missionários que deixavam de poder manipular a distribuição dos trabalhadores, como até então faziam. Do mesmo modo, a determinação do cessar de todo o seu poder temporal sobre os naturais impedia-os também de manter qualquer tentativa de influência nos próprios índios.

Tal política foi posta em prática, apesar dos protestos que se seguiram à instalação de ambas as medidas. Tanto da parte dos missionários, que se sentiam claramente lesados, como da parte dos colonos, que temiam a novidade pelas dificuldades financeiras que logo de início se lhes apresentavam. Os escravos africanos eram demasiado caros, especialmente para quem até então tinha os índios, enfrentando disputas com os missionários, é certo, mas de graça.

Ainda no campo da actuação política do projecto pombalino inseriam-se as demarcações, para as quais Francisco Xavier de Mendonça Furtado fora designado como plenipotenciário. Assumindo a tarefa de decidir a conformação do território, o reformador encarnava o conquistador. A tarefa que Mendonça Furtado pretendia ver feita pelos técnicos da demarcação no espaço da Amazónia era a conquista do seu conhecimento e não apenas dos seus limites. A terra medida e descrita pelos cartógrafos e engenheiros transformar-se-ia em outra terra que era a apregoada pela reforma. Do conhecimento do território, descodificado em mapas, cartas e plantas, adviria a real possibilidade de domínio e intervenção sobre este. E é a partir desta noção que trabalha a ideia transformadora de Pombal na Amazónia, tanto nas circunstâncias das primeiras demarcações no âmbito do Tratado de Madrid, como no segundo momento, depois da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

Assim, embora em qualquer dos casos o encontro entre as equipas demarcadoras jamais se tenha concretizado, os homens das expedições portuguesas não pararam de trabalhar. Em primeira instância executaram a parte principal da sua tarefa que consistia na construção das fortalezas de defesa externa da região. Montou-se uma linha de defesa ímpar que fiscalizava todos os extremos da expansão amazónica definida pelos fortes de São José de Macapá, no rio Amazonas; São Joaquim, no Rio Branco; São José das Marabitenas e São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro; Tabatinga no Javari e a Fortaleza de Bragança e o Príncipe da Beira já no Guaporé. A cobertura que estas fortificações proporcionavam era por sua vez coadjuvada por outras fortificações no interior como os fortes do Tapajós e de Pauxis, além das outras oriundas já do século anterior.

Mais do que isto, estes mesmos homens foram exaustivamente encarregados de fazer levantamentos cartográficos, de desenhar mapas de rios e de fazer roteiros de navegação e relatos descritivos de trajectos terrestres. A terra foi exaustivamente observada e traduzida em memórias e desenhos. A própria natureza submeteu-se ao exame e à observação minuciosa, tendo sido encomendados álbuns de desenhos com as espécies da fauna e da flora nativas. Começava-se, finalmente, a assumir a selva, a entrar dentro da selva e, de uma vez por todas, a conquistá-la pela razão. Desenhava-se, literalmente, uma nova Amazónia.

O desenho de uma nova Amazónia

Com efeito, na base de toda a acção pombalina da Amazónia está a ideia de um novo «desenho». Desenho este que pode ser lido nos vários sentidos da palavra, uma vez que implicava não só a fixação de fronteiras concretamente demarcadas no espaço, como também visava um outro desígnio, o da transformação do quadro socioeconómico da região, que assim seria «redesenhada» em moldes iluministas. A metáfora do desenho é aliás francamente utilizada nos discursos feitos por vários dos intervenientes no

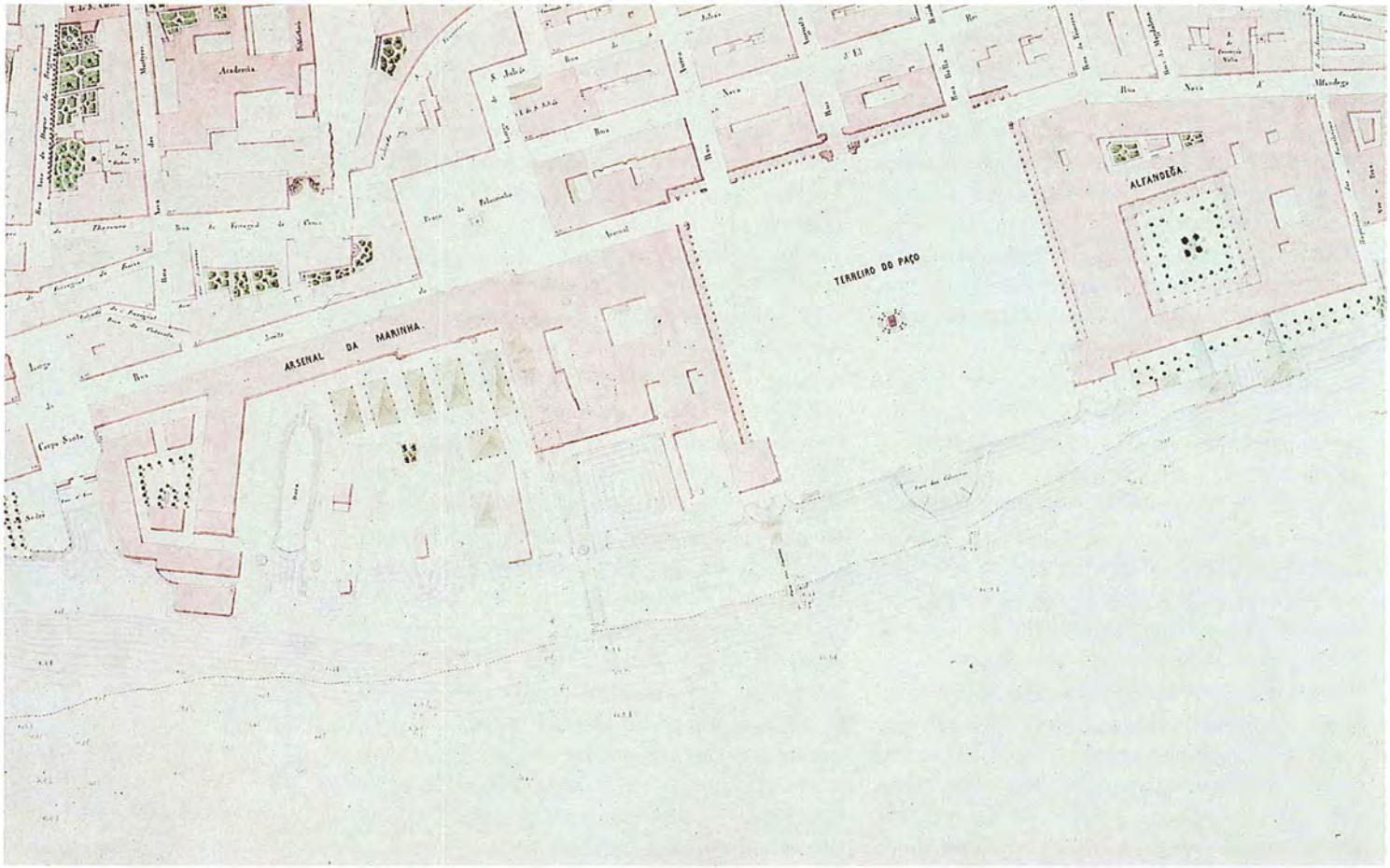


Imagem de Lisboa. Mapa in *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*

processo. E neste novo desenho da região tem especial relevância o investimento feito na criação urbana, que é aqui entendida tanto no sentido ideológico quanto formal.

Ainda que se tomasse apenas Lisboa como exemplo, seria legítimo dizer que a cidade alcançou com Pombal a escala de veículo de máxima difusão da ideologia de poder. Um poder que se via a si próprio como bem intencionado promotor do «Bem Público» e da «Felicidade dos Povos», e que para tal, numa atitude duplamente didáctica, concretizara a cidade que se impunha que se fizesse enquanto expunha na própria cidade os seus méritos. A Lisboa racional e geométrica era a cidade que precisava ser feita sobre os escombros da cidade soterrada. E na cidade que precisava ser feita exaltou-se o fazer da cidade, exaltou-se mais do que isto, o domar do espaço pela razão. O poder ordenador e regulador – e por extensão reformador – e as suas qualidades intrínsecas deviam ficar bem demonstrados na dupla lição da cidade: a prova da capacidade de realização do ministro e a coerência dos seus propósitos.

A cidade pombalina assume assim o discurso político iluminista do Marquês, e a ele empresta, inclusive, os seus símbolos mais duradouros.

A cidade pombalina como um todo recupera a essência da cidade renascentista, no sentido em que novamente se aproxima da idealização da «civitas», da cidade-documento e espelho de cultura. Não diferirá por isso de um movimento mais amplo, inserido no contexto do iluminismo europeu que faz esta aproximação ideológica um pouco por toda a Europa, renovando a conceptualização do espaço urbano enquanto espaço de representação cultural, e fazendo ressurgir, no mesmo contexto, a utopia da cidade como meio de transformação da sociedade.

A cidade pombalina é pois, conceptualmente, um projecto urbano do iluminismo e portanto um discurso do espaço submetido à lógica racional e a conceptualização da cidade enquanto espaço de cultura. No seu vocabulário formal, esta cidade, que já em si «herdara» as formas que da Renascença lhe tinham sido legadas por séculos de uso experimental na urbanização das colónias, vai, uma vez mais, renovar os símbolos e os métodos de tal vocabulário. Estes, valorizados, servirão de veículo ao discurso ideológico. O traçado das ruas é destacado nas suas virtudes racionais e geométricas e a arquitectura de programa e o ideal de padronização das fachadas são valorizados. Enquanto veículo de discurso, a linguagem urbana é objectivada, permitindo ver na clareza geométrica do desenho urbano a ordem social que se pretendia tão racional quanto aquela. Também a toponímia será aproveitada na oralidade da cidade, que se utilizará da sua linguagem objectiva para veicular o discurso ideológico e simbólico. A cidade pombalina é a cidade eloquente, a forma que se pretende falante e persuasiva, e que, pelo seu próprio exemplo, se advoga demiúrgica e capaz de transformar os povos que nela vivem.

Se tal é evidente no contexto da capital do Reino (e depois na extensão do território metropolitano, em especial no caso exemplar de Vila Real de Santo António), não o é menos no ambiente da selva amazónica onde actuava, concomitantemente, o irmão de Pombal. Na verdade, é exactamente no contraste com a selva que a ideia da cidade-civilização é ainda mais significativa. E é naturalmente neste sentido que ela será potencialmente utilizada por Mendonça Furtado, no que designamos por «reforma urbana» da Amazónia.

Como vimos, o quadro da ocupação da região até a primeira metade do século XVIII comportava em si uma espécie de contradição intrínseca. A maioria das povoações era as que tinham sido instituídas pelos missionários. Mas sobre elas pesava, agora duplamente, o estigma da dubiedade do seu estatuto, na medida em que não eram, de certo modo, reconhecidas pelos próprios colonos. O método do «reformador» foi o de, também ali, fazer uma «restauração-ressurreição» das próprias aldeias indígenas, transformando-as em «povoações civis e civilizadas», ou seja, convertendo-as nas «vilas» que ainda não eram, mas que deveriam ser. Note-se que a expressão refere a povoações «civis e civilizadas» ressaltando no radical comum das duas palavras os seus sentidos mais prementes, pois elas seriam «civis» não só na medida em que deixavam de ser «religiosas» como porque representavam os núcleos de vida «civilizada».

O processo seguido implicou efectivamente num «renascimento», que não foi apenas simbólico, de praticamente todas as povoações da região. E este renascimento não faria sentido sem um novo baptismo. A escolha de Mendonça Furtado para os nomes das novas vilas seguiu critérios de homenagem precisos. Em ordem hierárquica de tamanho ou de importância geográfica, as novas vilas na selva foram recebendo os mesmos nomes das vilas da Casa de Bragança, da Coroa, do Infantado e da Ordem de Cristo no Reino. O governador fazia um ostensivo elogio ao poder régio e, com a alusão a Ordem de Cristo e a inclusão de alguns nomes

de vilas da sua casa familiar, fazia uma também intencional mitificação da sua própria atitude de «reconquistador e salvador» da Amazónia selvagem. Mais do que isto, todo o procedimento da conversão das aldeias em vilas foi feito segundo rituais precisos nos quais o governador fez questão de estar pessoalmente presente na maioria dos casos. Realizou para tal uma longa viagem, em que foi sucessivamente elevando as novas vilas, que pode ser lida, em termos metafóricos, como o périplo de conquistador imperial.

O «Directório dos Índios»

Mas a simples mudança formal do estatuto das vilas não seria suficiente para efectivar a reforma pretendida. Em 3 de Maio de 1757 Francisco Xavier de Mendonça Furtado torna público o instrumento legal que lhe permitiria mudar completamente o quadro urbano e social da Amazónia. A nova peça, queviria a ser confirmada pelo rei em 17 Agosto de 1758, era o «Directório do Índios». Em síntese, o que ali se propunha era, na sequência da legislação já aprovada da liberdade dos índios, a cessação total e completa do poder temporal dos missionários sobre os nativos e a consequente instituição de um administrador em cada vila, o director. E era sobre a actuação deste director que se legislava e que se instituíam os meios com os quais se deveria obter a «civilidade» pretendida para os índios.

Os meios eram, prioritariamente, o ensino da língua portuguesa e a separação das casas, dado que se considerava um hábito «indecente» a coabitação de várias famílias. Além disso, citava-se ainda, no capítulo da civilidade, uma necessária mudança de costumes dos índios e controlo dos vícios, especialmente a bebida. Determinava-se também a gestão económica das vilas, obrigando à criação de uma área de cultivo (roça) para utilização comum da população. Aliciava-se os índios para um investimento maior na agricultura, sugerindo a introdução do arroz, do algodão e do tabaco. Concluindo o processo de incentivo à agricultura fazia-se a exortação ao comércio.

Mas o cerne da mudança social deveria vir pela imprescindível convivência e respeito entre brancos e índios. E aqui a legislação alcança o ápice do discurso iluminista, reafirmando o novo estatuto adquirido pelo indígena a partir da lei que decretara a sua condição de homem livre. Eram eles, tal como os brancos, vassalos de Sua Majestade, e nestas condições deveriam tratar-se «mutuamente uns a outros com todas aquelas honras que cada um merece pela qualidade das suas pessoas». No fundo, era aos brancos que aquele discurso se dirigia. Eram eles que precisavam ser convencidos da igualdade, eram eles que deveriam mudar de hábitos. Para tal instaurou-se uma política de incentivo aos casamentos mistos, insistindo na eliminação dos preconceitos e discriminações sofridos pelos indígenas. A intenção, expressa na lei, era que «por meio deste sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquela odiosíssima distinção, que as nações mais polidas do mundo abominarão sempre». No mesmo sentido foi também estimulada a introdução de população branca nas novas vilas obrigando-a à convivência pacífica e equitativa com os índios.

A este ideal urbano de convivência civilizada correspondia, naturalmente, uma ideia de cidade também ela coerente e bem desenhada. No próprio Directório fazem-se algumas recomendações para o ordenamento urbano afirmando ser «evidentemente certo que para o aumento das povoações concorre muito a nobreza dos edifícios». Note-se que o que norteia a acção é um sentido discursivo do urbano que é valorizado quer enquanto linguagem estética – através da mensagem de beleza e nobreza da arquitectura e do desenho urbano; quer enquanto linguagem ética – através do mecanismo de «suave persuasão» que se pretende obter pela coerência entre a clareza das formas e a nobreza das intenções.

Para a execução deste «discurso da forma» foram uma vez mais convocados os homens que já há muito faziam a «escola portuguesa de arquitectura e urbanismo» e de que Pombal sabiamente fez uso, quer no Reino, quer na colónia. Enquanto em Lisboa actuava a elite da Casa do Risco, na Amazónia trabalhava, na «reforma urbana» o corpo não menos qualificado dos técnicos da expedição demarcadora. E aqui cabe referir novamente ao trabalho do engenheiros militares na definição da urbanização da Amazónia, entendida como um todo que engloba cidades e território, uma vez que estes marcaram a sua actuação nos dois campos concomitantemente. Com as medições e demarcações do território deram-no a conhecer e a explorar. Com a construção das fortalezas estabeleceram a sua linha de defesa e soberania. Com o desenho e a reforma das cidades reproduziram no espaço o discurso da reforma ideológica.

A «cidade iluminista» na Amazónia pombalina

Entre 1751, o ano da chegada do irmão de Pombal, e 1782, o ano da morte do Marquês, foram criadas na Amazónia cerca de quarenta e cinco vilas e outras tantas freguesias e lugares. Os tipos de intervenção variaram desde a criação *ex-nouvo* de determinados núcleos até à reconversão dos antigos aldeamentos. Para as novas fundações fizeram-se, via de regra, planos prévios que foram normalmente seguidos por engenheiros ou outros técnicos. Para a reconversão das aldeias, em muitos casos também se fizeram novos planos, mas noutros as intervenções formais terão sido paulatinas, insistindo-se sempre, no entanto, na mudança radical do que parecia ser os principais paradigmas da aldeia de índios: as habitações colectivas e as coberturas de palha.

Em todos os projectos pregava-se e exigia-se a clareza da forma, e embora esta se tenha expressado de variadas maneiras há uma série de elos condutores. Há a praça, invariavelmente de forma regular e onde se juntam os edifícios representativos do poder, a câmara, a cadeia e a igreja. As ruas, rectas, com as casas alinhadas e, se possível, com fachadas iguais, para manter em todo o tempo «a formosura da terra», tal como rezava o texto de algumas das cartas de fundação das novas vilas.

Entre os vários exemplos que se poderiam citar, podemos referir, sinteticamente, alguns. Bragança (1753) é um caso interessante, uma vez que a reconversão e o novo baptismo é feito sobre uma povoação que, ao contrário da maioria, já era vila. Tratava-se da vila Souza do Caeté, fundada ainda no século XVII, por Álvaro de Souza, donatário da capitania do Caeté. Por determinação régia, a capitania fora passada novamente para a Coroa. As opiniões sobre Vila Sousa atestavam a sua decadência e o investimento do governador na sua reconstrução e refundação imprimem à atitude um carácter especial. Por um lado, insere-se na preocupação inicial de Mendonça Furtado em instalar convenientemente os casais açorianos enviados como povoadores após a sua chegada. Por outro, o caminho para o Maranhão fazia-se com paragem nesta vila e a sua manutenção, enquanto ponto de contacto entre as duas capitanias, era muito importante.

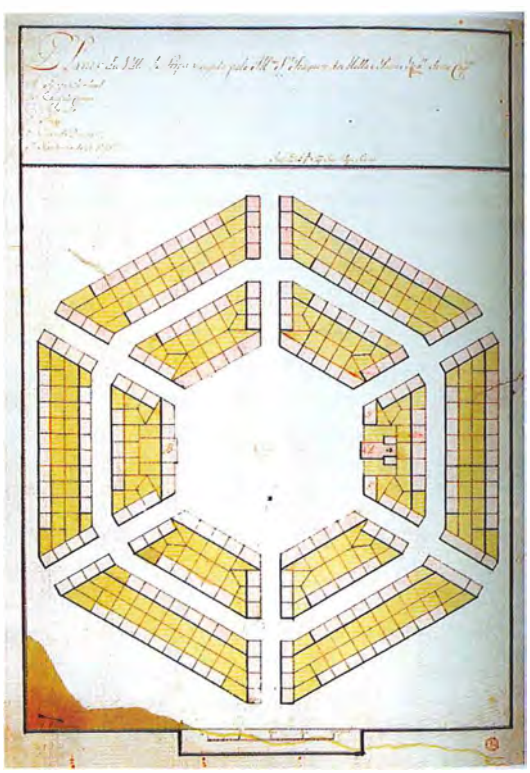
Um dos aspectos mais significativos da reconversão de Bragança é exactamente este, pois o plano da nova vila faz-se a par do plano da nova estrada. Note-se que não se trata de uma estrada como a pensaríamos hoje. A «estrada» era na verdade um percurso que envolvia trechos feitos por rio e outros feitos por terra, com paragens predeterminadas. Esta intervenção, que é territorial e urbana, foi naturalmente realizada por integrantes da comissão demarcadora, o engenheiro italiano Henrique Antonio Galluzzi, o astrónomo João Angelo Brunelli e, o então seu ajudante, Domingos Sambucetti. O projecto apresentado foi o novo levantamento do percurso, e nele se incluíam as plantas das novas

vilas de Bragança e de Ourém. O desenho é de uma simplicidade e eficiência a toda prova. Uma praça regular foi projectada por detrás da única rua anteriormente existente, que foi rectificada. Determinaram-se os lotes para os novos moradores prevendo o crescimento do núcleo de forma regular. A nova vila de Ourém foi feita noutro dos pontos de paragem do caminho, no rio Guamá, onde antes existia uma pequena casa forte e uma povoação de índios. O desenho proposto pelos engenheiros também é simples e eficiente, e dada a fraca dimensão do núcleo, resume-se à praça rectangular, que tem significativamente metade da dimensão da de Bragança.

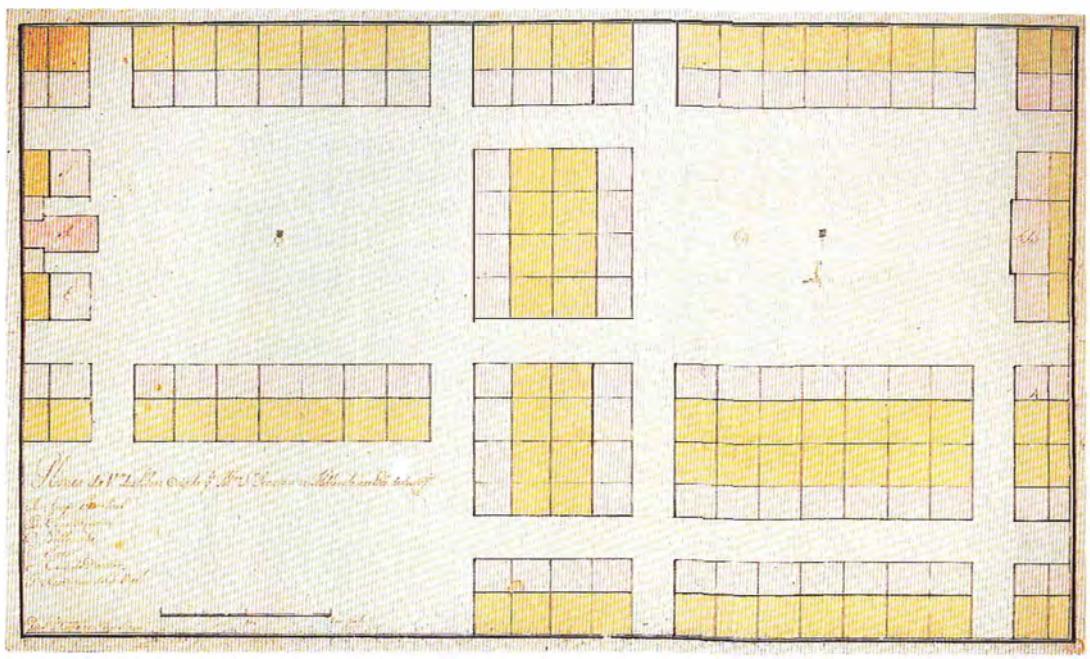
Borba-a-Nova (1756) foi a primeira das aldeias missionárias a ser elevada a vila. Detinha um papel estratégico importante, não só porque era também ponto de paragem no caminho para as minas do Mato Grosso, como porque se tratava de um aldeamento jesuítico. Um aldeamento especialmente problemático, uma vez que estava próximo de outros estabelecimentos que os jesuítas espanhóis tinham feito em território que Portugal reivindicava para si no tratado de limites. A opção da intervenção é portanto claramente política e a aldeia do Trocano foi precisamente a escolhida para «dar o exemplo». Na instalação da nova vila trabalhou o arquitecto José António Landi que foi encarregado dos projectos dos seus principais edifícios, a igreja e a câmara.

Barcelos, o nome de uma das mais importantes cidades da Casa de Bragança no Reino, foi reservado na Amazónia para a vila que seria a capital da nova capitania do Rio Negro, também instituída no período pombalino. A vila foi criada a partir da reconversão da antiga aldeia de Mariuá dos missionários carmelitas, no rio Negro. Barcelos (1758) foi também o local escolhido para a realização das conferências entre as duas comissões demarcadoras, e neste sentido foi palco de diversas intervenções urbanísticas feitas pelo engenheiro militar Filipe Sturm. O encontro previsto entre as comissões portuguesa e espanhola jamais ocorreu, mas o engenheiro projectou especialmente para a ocasião um pavilhão octogonal que na clareza das suas formas deveria espelhar a racionalidade daquele empreendimento.

Filipe Sturm é também o autor de três outros projectos muito significativos. Em São José das Marabitenas (1760), o engenheiro delineou a fortaleza e a pequena vila adjacente, num projecto que tem uma coerência proporcional ímpar. Nos desenhos que realizou para as vilas de Serpa e Silves, é visível a base de planeamento militar. Para Serpa (1759) o engenheiro propôs um hexágono regular, fazendo a vila literalmente na forma de uma fortaleza. Para Silves (1759) o plano apresentado prevê uma vila com duas grandes praças rectangulares que têm uma relação



Filipe Sturm, *Planta da Vila de Serpa*.
Biblioteca Nacional, Iconografia

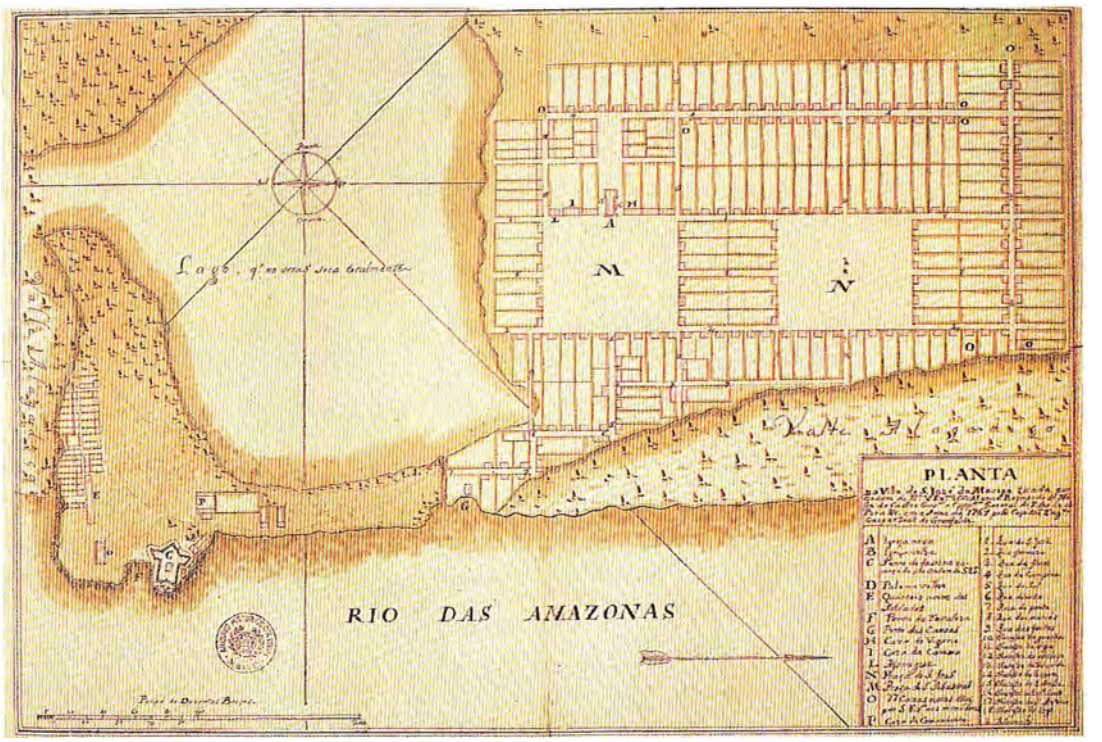


Filipe Sturm, *Planta d a Vila d e Silves*.
Biblioteca Nacional, Iconografia

inequívoca com o grande projecto então em execução em Macapá.

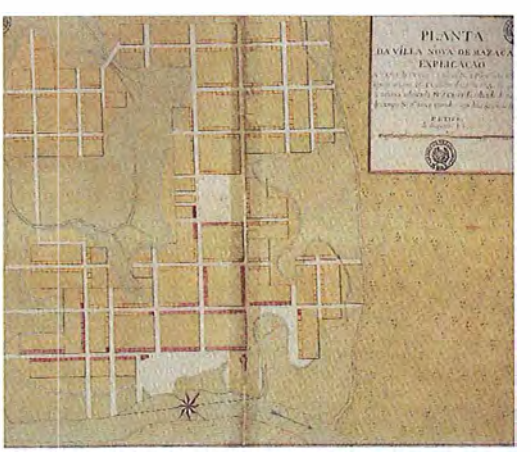
São José de Macapá (1758) foi sem dúvida o grande empreendimento urbano de Mendonça Furtado. Instalada na foz do Amazonas, em plena linha do Equador, e completada por uma grande e nova fortaleza, a vila era a experiência-modelo que deveria espelhar todo o projecto administrativo e político. Para ali foram levados colonos açorianos que se deveriam associar aos nativos já instalados no local. O projecto da vila fez-se acompanhar de um projecto económico que se fundamentava no incentivo à agricultura e à pecuária (feito inclusive com doação de gados bovinos e equinos para os colonos), assim como no fomento à indústria, em especial a fabricação de algodão e uma tentativa de criação de bichos-da-seda. E o projecto interno da vila também ele foi pensado ao pormenor pelo engenheiro Thomas Rodrigues da Costa que desenhou a igreja, a câmara e o modelo das casas dos moradores, que deveriam ser todas iguais. Um código de posturas municipais viria reforçar este sentido de beleza da regularidade das fachadas, que deveriam ser mantidas pelos moradores. O discurso da civilidade pretendida era dado pela forma regular e bela da vila. O discurso da legitimação e do poder que a instituíra era feito no nome da vila de S. José, em clara alusão ao rei, assim como no nome das duas grandes praças, de S. João e de S. Sebastião, que homenageavam o rei anterior e o famoso ministro de D. José.

Enquanto Macapá representa a experiência-modelo, a Vila Nova de Mazagão (1770) representa o dado utópico de todo o projecto pombalino para a Amazónia. A fundação da nova vila foi o último dos empreendimentos de Mendonça Furtado, que acabou por se concretizar já depois da sua morte. O irmão do marquês era secretário de Estado da Marinha e Ultramar, em 1769, quando se decidiu o abandono da praça marroquina de Mazagão e a transferência da sua popu-



Gaspar João de Gronsfeld, *Planta da Vila de Macapá*, 1761. Arquivo H. Ultramarino, Pará

lação para a Amazónia. O projecto foi cercado de todos os cuidados e a vila foi minuciosamente desenhada por Domingos Sambucetti, nas proximidades de Macapá. Era regular e bela como as outras, mas os mazaganistas não gostaram do novo lar. Habituados à aridez do deserto, temiam a selva e rejeitaram-na.



Planta da Vila Nova de Mazagão de Domingos Sambucetti. Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia Manuscrita, Pará

A selva, no entanto, já não era a mesma que tanto medo causara aos exploradores do século XVI. Tinha sido finalmente urbanizada e neste sentido a cidade pretendera impor a sua razão à natureza. Da «reforma urbana» realizada no século XVIII resultou o mapa de organização do território que serviu ao Brasil imperial e que ainda está na base da Amazónia actual. Só no século XX voltaram a ver-se novas vilas serem fundadas na região, à custa de outras penetrações no território desta feita ligadas à abertura de estradas, em especial a transamazónica. Esta, que por piada, como se dizia na altura da sua construção, ligava nada a lugar nenhum, continua até hoje a ter vários trechos que são sucessivamente engolidos pela selva. O que nos dá o que pensar, sobre os homens e as cidades.